



Anais da Assembléia

Nº 18

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE MARÇO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOSELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP - 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondí Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT - 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB - 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL - 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT - 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB - 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR - 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC - 01:** Joselito Canto.

Atos da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 004/95

SÚMULA: Autoriza o Senhor Governador ausentar-se do País. (VI Seminário Brasil/Alemanha de Cooperação Empresarial)

DATA: 16 de março de 1995.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do país, no período de 01 a 11 de abril próximo, com destino à Alemanha, a fim de comparecer a Feira de Hannover, onde proferirá palestra sobre "As Perspectivas do Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná", no VI Seminário Brasil Alemanha de Cooperação Empresarial.

Art. 2° - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX Dezembro, em 16.03.95

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

DECRETO LEGISLATIVO N° 005/95

SÚMULA: Referenda o Decreto Legislativo n° 01/95, de 03 de fevereiro de 1995.

DATA: 16 de março de 1995.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica referendado o Decreto Legislativo n° 01/95, de 03 de fevereiro de 1995, que autorizou o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do país, no período compreendido entre os dias 4 e 12 de fevereiro, em viagem aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX Dezembro, em 16.03.95.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

LEI N° 11.070

SÚMULA: Cria o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná

- COPED.

DATA: 16 de março de 1995.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do Art. 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criado, nos termos do art. 227, da Constituição Estadual, o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

Art. 2° - Ao Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná compete:

I - a definição da política e a formulação das diretrizes e de programas a nível estadual, destinados a divulgação, a sistematização e ao desenvolvimento da proteção dos direitos humanos;

II - a promoção de estudos, de pesquisas e de publicações sistemáticas de temas relativos à liberdade, à democracia e à justiça social;

III - a realização de cursos e de outros eventos objetivando a divulgação e o respeito aos direitos humanos;

IV - a cooperação e o firmamento de convênios com órgãos federais, estaduais e municipais na consecução de meios destinados à defesa dos direitos e garantias fundamentais;

V - o fomento de intercâmbio com outras organizações congêneres nacionais e internacionais, e a contribuição com iniciativas pertinentes à área dos direitos humanos;

VI - o recebimento e o encaminhamento a quem de direito e o acompanhamento de denúncias e queixas de violações de direitos humanos individuais e coletivos assegurados na Constituição Federal e Estadual;

VII - a recomendação e a colaboração para com o aperfeiçoamento dos serviços públicos notadamente no que concerne à adequação profissional e cívica de seus integrantes, com vistas à conciliação entre o exercício das funções administrativas e o respeito aos direitos humanos.

VIII - a manutenção atualizada da documentação e da legislação pertinente à área de direitos humanos;

IX - a instituição de comissões ou grupos de trabalhos;

X - a elaboração do seu regimento interno.

Art. 3° - O Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná será composto por 16 (dezesseis) membros, a

saber:

50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes serão escolhidos entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, incluindo a OAB/PR, Ministério Público e um representante da Associação dos Municípios do Paraná:

50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes escolhidos entre as ONG's - Organizações Não Governamentais, ligadas a defesa dos Direitos Humanos.

§ 1º - Para escolha dos membros previstos no inciso II do artigo anterior, o Poder Executivo, através do Secretário de Justiça e Cidadania, promoverá no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, uma conferência sobre Direitos Humanos, onde as ONGs escolherão seus representantes, incluindo suplentes, e os indicarão ao Poder Executivo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da conferência.

§ 2º - O COPED será presidido pelo Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, tendo como Secretário Executivo o Chefe da unidade administrativa responsável pela atividade afim no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

§ 3º - O COPED contará com um vice-Presidente a ser eleito entre seus pares.

§ 4º - O Presidente do COPED será substituído em suas faltas e impedimentos pelo vice-Presidente, e na ausência simultânea de ambos presidirá o colegiado o seu conselheiro mais antigo.

Art. 4º - Todos os membros terão mandato 2 (dois) anos.

Art. 5º - A função de conselheiro do COPED não será remunerada, sendo considerada como de relevantes serviços prestados ao Estado.

Art. 6º - O COPED contará com o apoio material, técnico, operacional e financeiro da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania.

Art. 7º - O Regimento Interno do COPED será aprovado na primeira reunião do Conselho pelos seus membros.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16.03.95

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 2.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Dufflio Genári, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Pupprio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colação, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário e Ricardo Chab (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 014/95, que reajusta, a partir de 1º de março de 1.995, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, e os salários do pessoal regido pela C.L.T. do Poder Executivo. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário, em nº de 05 (cinco), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos.

PROJETO DE LEI Nº 052/95
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
DE PLENÁRIO DE Nº 01

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos servidores militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das autarquias do Poder Executivo, vigentes em janeiro de 1995, ficam reajustados em 25% (vinte e cinco por cento), a partir de 1º de março de 1995.

Art. 2º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,14 (um real e quatorze centavos) e o valor das Pensões Especiais em R\$ 128,92 (cento e vinte reais e noventa e dois centavos).

Art. 3º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), extensivo aos Técnicos Universitários lotados no Instituto de Saúde do Paraná, integrantes da classe G da Tabela específica.

Art. 4º - O valor da Gratificação de Regência de classe de que trata o artigo 10, da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em R\$ 1,43 (um real e quarenta e três centavos).

Art. 5º - Para fins do inc. XI do art. 27 da Constituição Estadual e art. 1º da Lei nº 10.331, de 09 de janeiro de 1993, o limite máximo a ser pago aos servidores do

Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico do Quadro Geral do Estado para jornada de 40 (quarenta) horas semanais, excluídos o adicional por tempo de serviço até o limite de 35% e as vantagens decorrentes do cargo em comissão.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1995, ficando revogados o art. 2º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o § 2º do art. 2º da Lei nº 10.969, de 23 de dezembro de 1994 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoiamento: Luiz Cláudio Romanelli, Renato Adur, Toti Colaço, Caíto Quintana e Irondi Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

O substitutivo geral ora apresentado ao Projeto de Lei nº 52/95, tem por escopo corrigir distorções apresentadas em sua versão original, proposta pelo Poder Executivo, através da Mensagem Governamental nº 14/95.

Ao propor índices de reajuste salarial diferenciado entre várias categorias funcionais, o anteprojeto encaminhado pelo Senhor Governador torna-se inviável, pois, incontestavelmente, se aprovado por esta Assembléia na forma proposta, iria gerar uma lei viciada de origem, em face de sua flagrante inconstitucionalidade, por colidir com as normas contidas nos artigos 37, inciso X, da Carta Magna Federal e 27, inciso X, da Constituição do Estado, que proibem, categoricamente, a diferenciação de índices de reajustes salariais entre as várias categorias de servidores públicos.

O artigo 37, inciso X, da Constituição Federal assim expressa: "a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre os servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data" (grifo nosso). Por sua vez, o ante mencionado dispositivo da Constituição Estadual, repisa literalmente o citado mandamento da lei maior.

Não bastasse, vale ressaltar, ainda, que o artigo 33, parágrafo 1º, inciso VI, da mesma Carta Estadual, que trata o regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional, determina "tratamento uniforme aos servidores públicos, no que se refere à concessão de índices de reajuste ou outros tratamentos remuneratórios ou desenvolvimento nas carreiras".

Como se pode observar, trata-se de normas imperativas, não podendo, em hipótese alguma, serem transgredidas.

Além deste aspecto, há que se considerar também, que a medida proposta quanto ao mérito deixa muito a desejar, pois enquanto procura contemplar com índices maiores, diga-se com justiça, as laboriosas classes do Magistério e das Polícias Civil e Militar, oferece, índice aviltante às demais e não menos laboriosas classes do funcionalismo público estadual.

Pelo que foi exposto, o fato de aprovar o Projeto de Lei em referência, na forma como foi proposto pelo Senhor Governador do Estado, caracterizada, no mínimo, despreocupação desta Casa em relação ao zelo pela constitucionalidade das leis, razão pela qual solicitamos aos nobres Pais o devido apoio à Emenda Substitutiva ora apresentada.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 02

Fica o Poder Executivo autorizado a substituir o percentual de reajuste dos servidores públicos do Estado do Paraná, constante no art. 1º, estipulado em 10% (dez por cento), na forma do Anexo I da proposição em epígrafe, bem como de 15% (quinze por cento) para o quadro da Polícia Civil do Paraná, conforme art. 3º do mesmo projeto, para: 25% (vinte e cinco por cento).

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(aa) DR. ROSINHA

PÉRICLES DE MELLO

ANGELO VANHONI

IRINEU COLOMBO

EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta visa corrigir a inconstitucionalidade do projeto do Executivo, posto que afronta a Constituição Federal em seu art. 37, inciso X bem como a Estadual, art. 27, X, ao dispor sobre índices diferenciados de reposição entre servidores públicos civis. Impede observar que o constituinte buscou fixar uma diretriz de igualdade entre funcionalismo, devendo ser respeitada por todas unidades federadas. As defasagens salariais existentes por categoria devem ser sanadas, mas de forma igualitária e justa.

Para isto o Poder Executivo conta com meios legais e legítimos, entre os quais, agilizando o plano de cargos e carreiras e corrigidos as distorções internas.

Neste sentido, tendo em vista a possibilidade da concessão da reposição salarial no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) e já previamente estabelecido em orçamento aprovado por esta Casa, fica vedada a possibilidade de concessão de reajustes diferenciados, pois implicaria na quebra de isonomia funcional.

Cumpra ainda ressaltar e ratificar a constitucionalidade da presente emenda,

posto a mesma não propor majoração salarial, mas reposição.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 03

O Deputado Carlos Simões (PFL), de conformidade com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do regimento interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná propõe:

Emenda modificativa e supressiva aos art. 1º, 2º e 3º, do Anteprojeto de Lei de autoria do Sr. Governador do Estado do Paraná que concede reajuste aos Servidores do Estado do Paraná, na forma que dispõe:

O art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos Servidores, ativos e Inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive da Administração Indireta e Autarquias, vigentes em janeiro de 1995, ficam reajustados em 25% (vinte e cinco por cento), na forma das tabelas próprias integrantes do anexo I, desta lei."

Art. 2º - Ficam suprimidos os art. 2º e 3º do Anteprojeto de Lei, passando os demais artigos a terem remuneração subsequentes.

Sala das Sessões, em 16.03.95.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoio: Luiz Cláudio Romanelli, José Maria Ferreira, Caíto Quintana, Toti Colaço e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda modificativa se impõe fundamentalmente pela necessidade de reparar o erro do Projeto original do Sr. Governador quando:

a) Não inclui entre os beneficiados com o reajuste os Servidores dos Poderes Judiciário e Legislativo; e

b) Estabelece reajustes diferenciados para as categorias do quadro geral, Professores e Policiais. Prática esta já avaliada e condenada pelo Supremo Tribunal Federal ao julgar Mandado de Segurança dos próprios Servidores do Poder Judiciário do nosso Estado.

Quanto a Emenda Supressiva dos Art. 2º e 3º, do mesmo Projeto, é simples consequência da nova redação dada ao Art. 1º que, pela sua amplitude, esvazia o texto desses Artigos.

É de se destacar que o Projeto pela pequenez do índice proposto não contempla os anseios dos Servidores Estaduais, nas diversas categorias, impondo-se a participação Legislativa para corrigir tal distorção.

Observa-se claramente no Projeto do Sr. Governador que o atual Governo não dispõe de uma política salarial que defina a regra da relação entre o Estado e seus imprescindíveis Servidores. O que é lamentável do ponto de vista administrativo, deixando-nos a impressão de o Sr. Governador deseja manter esta relação indefinida para em troca da insegurança sócio-econômicas dos Servidores, mantê-los à mercê dos seus desejos e intenções.

Propor um índice igualitário de 25% (vinte e cinco por cento) justifica-se não só pela garantia que se oferece aos Servidores de que progressivamente terão a reposição das perdas acumuladas ao longo dos últimos dois anos, mas porque é suportável pelo orçamento do Estado que tem no limite constitucional o índice de 65% (sessenta e cinco por cento) da sua arrecadação.

Esta é a proposta que deve ser submetida, na forma regimental, à apresentação dos Senhores Deputados, pelo que aguardamos contar com o devido apoioamento.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 04

Artigo Único - Suprima-se o Artigo 7° do Projeto de Lei n° 052/95.

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoioamento: José Maria Ferreira, Albanor Gomes, Toti Colaço e Durval Amaral.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 05

Artigo Único - O Artigo 8° do Projeto de Lei n° 052/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de março de 1995."

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA

ALBANOR GOMES

TOTI COLAÇO

DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre o projeto há várias emendas: José Tavares, que eleva para 25% o nível de todos os vencimentos; Líder da Bancada do PT, do Deputado Carlos Simões, Caíto Quintana suprime artigo do projeto de lei e idem do Deputado Caíto Quintana que suprime artigo do projeto de lei.

Deixo de receber as emendas no projeto para transformá-los em projeto à parte, com base no artigo 66 e 68, inciso 1, da Constituição Estadual.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Baseado em qual artigo do Regimento Interno V.Exa. deixa de receber as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não é bem Regimento Interno, Deputado, artigos 66 e 68.

O SR. DR. ROSINHA - De acordo com o Regimento Interno a gente solicita recurso do Plenário.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, invocando o artigo 120 do Regimento Interno, em função de que esta Assembléia Legislativa se converteu em Comissão Geral, eu solicito que a decisão do Presidente da Mesa seja submetida ao Plenário da Assembléia Legislativa e desta Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de matéria constitucional e a Presidência não tem condições de submeter ao Plenário a sua decisão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Nós apelamos em nome da bancada do PMDB, Sr. Presidente, para que V.Exa. aceite as emendas porque veja, este é um projeto que está sendo votado, uma mensagem que está sendo votada que tem efeito imediato.

Muitas e muitas vezes nos deparamos...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Trata-se de matéria constitucional e a Presidência não tem condição de submeter a Plenário a sua decisão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apelamos, em nome da Bancada do PMDB, para que V.Exa. aceite as Emendas, porque veja, essa é uma Mensagem que está sendo votada, que tem efeitos imediatos. Muitas e muitas vezes nos deparamos com um Projeto votado na Casa, que quando se transforma em projeto aparte, dá tempo para a Assembléia reunir-se, apreciar o Projeto separado, até que haja uma sanção ou algo parecido do Governador.

No entanto estamos falando de salário, votando a 2ª Discussão, de modo que se votarmos o Projeto, no seu original, sem as Emendas que propõem o aumento linear, a transformação em Projeto aparte, seguramente prejudica as Emendas, porque acabaremos votando isso daqui uma semana ou 10 dias quando já estará sendo concedido o aumento diferenciado ao servidor.

Por essa razão é que nós apelamos ao senso democrático de V.Exa. e por essa razão é que nós também levantamos a questão da inconstitucionalidade, prevista no Artigo 27 da Constituição, no seu inciso 11, de que os aumentos não podem ser diferenciados, exatamente por sentir que a Emenda apresentada por diversos parlamentares vem a corrigir uma inconstitucionalidade do Projeto, que está dando, na mesma época,

aumentos diferenciados.

Solicitamos de V.Exa., vênua no sentido de acatar as Emendas e submeter estas Emendas à Votação do Plenário. Vamos defender, com unhas e dentes o aumento linear. No entanto, pelo que sinto na Votação, há uma forte Bancada, na Casa, votando pelo Projeto original, e estaremos contemplando a iniciativa dos Senhores Deputados que pretendem o aumento linear.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lamento nobre Deputado, mas a Mesa mantém a sua posição.

O SR. PÉRICLES MELLO (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, queria apenas esclarecer que a Emenda apresentada pela Bancada do PT é uma Emenda autorizatória ao Governador do Estado. Neste sentido essa Emenda não é inconstitucional, e não posso entender então, não sendo essa Emenda inconstitucional, que a Presidência dessa Casa tenha o poder discricionário de impedir a discussão de uma Emenda que é plenamente constitucional.

Da mesma forma uma das Emendas do Deputado Caíto Quintana, mexe com um dos Artigos da Lei, não elevando salários, não aumentando receitas, digo não aumentando receitas nem aumentando despesas do Executivo, e achamos que é uma Emenda plenamente constitucional e não podemos entender que a Presidência dessa Casa se arvore no direito discricionário de impedir esse Plenário o seu Parecer, a sua Discussão. Nós somos representantes do povo do Paraná e temos o direito de nos fazer ouvir e votar nesse Plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Artigo 68, inciso 1º nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador do Estado, ressalvadas as Emendas ao Projeto de Lei do Orçamento anual, quando compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.

2º - Nos projetos sobre organização dos servidores administrativos a Assembleia Legislativa do Estado, Tribunal de Contas e Ministério Público, não é admitido o aumento de despesa previsto.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, só para orientação, como é que ficaria a Emenda do Deputado Caíto, suprimindo o Artigo 7º? Ela não aumenta despesas, portanto não enquadra no Artigo 68, referenciado pelo Senhor.

O SR. ANGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de saber como fica essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência entende que a Emenda não atinge o objetivo do Projeto de Lei, mas dentro da sua liberalidade vai submeter a votos a solicitação do Deputado Vanhoni.

Srs. Deputados que admitem as Emendas conservem-se como estão.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Inicia a contagem dos Srs. Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Nobre Deputado Alborghetti, V.Exa. já vai dar o resultado logo após contar e nós vamos pedir verificação de votação e chamada nominal, para podermos identificar os Deputados, inclusive os que se ausentaram do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Chamada Nominal, caro Deputado Caíto Quintana, não procede. V.Exa. poderá solicitar a votação nominal.

Os Srs. Deputados que rejeitam as emendas, apoiam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. (Contagem)

Os Srs. Deputados que rejeitam a posição da Mesa queiram levantar-se. (Contagem).

Vinte e oito (28) apoiam a decisão da Mesa.

Vinte (20) rejeitam.

Está mantida a decisão da Mesa. O Projeto irá para votação, excluídas as emendas.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA - Solicito verificação de votação.

O SR. EMERSON NERONE (Pela Ordem) - Pedimos chamada nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Tem que haver o pedido de verificação de votação para haver a chamada nominal, foi o que tentei fazer ao interromper o Deputado Alborghetti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa pede à V.Exa. que encaminhe o requerimento solicitando a chamada nominal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, está havendo um equívoco, não estamos pretendendo uma votação nominal, estamos apenas querendo uma chamada dos Deputados para que aqueles que estão nos seus gabinetes compareçam no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeitamente, Vossa Excelência tem razão. Com a palavra o Deputado Basílio Za-

nusso pela ordem.

O SR. BASÍLIO ZANUSO (Pela Ordem) - Chamada nominal dos Senhores Deputados para quando eles estiverem em seus gabinetes, é para quando não se verifica quórum no Plenário, e em quase todas as votações aqui, sobejamente o quórum existiu. Isso não procede.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai fazer soar as campanhas nos gabinetes. Enquanto o Deputado Luiz Carlos Alborghetti procede a contagem, nós tocamos as campanhas.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Alborghetti) - Procede contagem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 33 aprovam. 12 rejeitam. **Aprovado o projeto.**

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem) - Votamos em primeira votação a favor do projeto, num segundo momento votamos a favor da apreciação das emendas porque queríamos elevar o aumento dos servidores para 25% de forma linear, como foi derrubada a possibilidade de se apreciar as emendas a Bancada do PP coerentemente continua a favor do projeto de lei que concede aumento para o funcionalismo público dando esse mísero aumento que é melhor que nada no momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovado o projeto.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/95, que concede prazo para recolhimento de ICMS às indústrias e cooperativas que adquiram milho em grão de produtores paranaenses. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 053/95

Art. 4º, da Lei nº 053/95 passa a ter a seguinte redação:

"Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação produzindo efeitos para as aquisições realizadas até 30 de junho de 1995".

Sala das Sessões, em 20.03.95.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

Apoiamento: Carlos Simões, Caíto Quintana, Sérgio Spada, Toti Colaço, José Maria

Ferreira, Duílio Genari, Emerson Nerone, Irineu Colombo e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A validade do benefício a partir da data de publicação desta lei e não com efeitos retroativos, incentiva novas compras, não havendo assim, possibilidade das empresas beneficiarem-se das aquisições já efetuadas a preços baixos, tendo em vista a oportunidade de mercado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Vossa Excelência considerou a sugestão do Deputado Augustinho Zucchi não como uma emenda, mas como uma mudança de redação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como uma emenda de redação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então não há necessidade de 3ª votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai ser necessária uma votação amanhã.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não poderíamos realizar a 3ª votação sem interstício hoje?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Podemos. Vamos lá.

Projeto de lei com uma emenda do relator, de redação final.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O projeto irá à sanção.

Sobre a mesa, Requerimento nº 430, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para logo após ao término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/95.

Levanta-se a sessão.

EDITAL DE CHAMAMENTO

COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR
PORTARIA Nº 025/94-DG

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 025/94, da Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto

no art. 320, § 2º, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná CINTIA APARECIDA PULNER, INDICIADA EM PROCESSO DISCIPLINAR POR INFRINGÊNCIA ao Art. 293, Inciso V, letra "b", da lei acima enumerada - ABANDONO DE CARGO - para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

PUBLIQUE-SE NA FORMA DA LEI.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES

Presidente da Comissão

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a proliferação dos "Bingos" que vem ocorrendo no Paraná.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja constituída, nos termos do art. 34 e seguintes do Regimento Interno, Comissão Parlamentar de Inquérito, objetivando averiguar possíveis irregularidades com o elevado número de "Bingos" que vem se instalando no Estado, supostamente amparados pela "Lei Zico" (Lei Federal nº 8.672, de 06.07.93) e Lei Estadual nº 11.035, de 02.01.95.

Requer, ainda, que a referida CPI seja constituída por 07 (sete) membros e tenha o prazo de 120 (cento e vinte) dias para sua conclusão prorrogável, de acordo com o art. 36, § 3º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 15.02.95

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

As evidências estão a mostrar que os clubes e principalmente o apoio à prática do esporte amador, objetivo maior das leis mencionadas, estão sendo relegados a plano secundário, frente à ganância de grupos que, vendo uma abertura para a exploração do jogo e o lucro fácil, têm feito proliferar "bingos" em todo o Estado. Somos, como legisladores, responsáveis em fazer cumprir a lei que esta Assembléia votou, sob pena de termos cobrados por mais esta atividade que recolhe dinheiro de muitos, beneficia poucos individualmente e em nada

contribui para o fortalecimento do esporte.

LEI Nº 11.035

Data: 02 de janeiro de 1995.

Súmula: Institui normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada "Bingo" e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - A realização de sorteios destinados a angariar recursos para o fomento de desporto, dentro dos limites territoriais do Estado do Paraná dependerá de prévia autorização do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Parágrafo Único - Os sorteios ou similares realizados fora das condições estabelecidas nesta Lei ficam subordinados aos dispositivos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 e do Decreto nº 70.951, de 09 de agosto de 1972, mesmo quando se tratar de entidade desportiva, de administração ou prática, buscando recursos para o fomento do desporto.

Art. 2º - A autorização para a realização do sorteio, exigida no artigo anterior, somente será concedido às pessoas jurídicas de natureza desportiva, previamente credenciadas, que comprovem estar quites com os tributos federais, com a seguridade social e com os tributos estaduais e municipais da sede da pessoa jurídica.

Parágrafo Único - A entidade desportiva autorizada poderá utilizar da sociedade comercial para administrar a realização de sorteio, mediante contrato registrado no Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 3º - A forma de comprovação de atividade e participação em competições oficiais de que trata o art. 57, da Lei nº 8.672, de 1993, para efeito de credenciamento mencionado no artigo anterior, será fornecida, no mínimo, por:

I - Entidades de administração do desporto do Estado do Paraná e seus municípios, comprovando a atuação regular e continuada na gestão da modalidade em sua área de atuação, com a realização de todas as competições oficiais obrigatórias do calendário, fornecido pelo órgão público legalmente incumbido da coordenação do sistema de desportos no Estado do Paraná.

II - Das entidades de prática, comprovante de filiação em entidades de administração de quaisquer dos sistemas do desporto e declaração de participação efetiva na última competição oficial concluída em, no mínimo três modalidades olímpicas,

fornecidas pelas entidades de administração a que se referirem.

Art. 4º - O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - Sessenta e quatro por cento para premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;

II - Um por cento para a administração dos serviços pela SERLOPAR;

III - Trinta e cinco por cento para a entidade desportiva autorizada a aplicar em projetos ou atividades de fomento do desporto e custear as despesas de administração e divulgação.

Art. 5º - Em qualquer hipótese, a autorização para a realização dos sorteios, de que trata o Art. 1º desta Lei, dependerá de prévia aprovação dos recursos obtidos conforme dispõe o inciso III do artigo anterior.

Art. 6º - Os sorteios mencionados no Art. 1º desta Lei ficam restritos à utilização das seguintes modalidades lotéricas:

I - BINGO: Loteria em que se sorteiam, ao acaso, números de 01 até 90, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinja(m) o objetivo previamente determinado, utilizando processo isento de contato humano que assegure integral lisura aos resultados;

II - SORTEIO NUMÉRICO: Sorteio de números, tendo por base os resultados das loterias Federal e do Estado do Paraná;

III - BINGO PERMANENTE: A mesma modalidade prevista no inciso I, com a autorização para ser aplicada nas condições específicas nesta Lei;

IV - SIMILARES: Outras modalidades previamente aprovadas com aplicação restrita no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º - Os sorteios da modalidade BINGO e SORTEIO NUMÉRICO poderão ser articulados com a realização de eventos desportivos, sendo obrigatória, nesses casos, a entrega dos prêmios aos vencedores, durante as competições.

§ 2º - Nos sorteios da modalidade BINGO PERMANENTE, as entidades autorizadas obrigam-se a instalar sala de BINGO com capacidade de, no mínimo, 500 participantes sentados, com horário de funcionamento determinado, em sua sede ou fora dela, mas sempre sob exclusiva responsabilidade que disponha do sistema de extração de números requerido, bem como dos sistemas de circuito fechado de televisão e de difusão de som, que permitam a todos os participantes perfeita visibilidade de cada procedimento dos sorteios, e de seu permanente acompanhamento. É permitido o uso de sistemas eletrônicos, de comprovada segurança, que

possibilitem o total controle da arrecadação e do pagamento dos prêmios.

§ 3º - Os salões de BINGO PERMANENTE poderão funcionar com sessões diárias programadas para a realização de diversos e sucessivos sorteios, integrados ou independentes uns dos outros.

§ 4º - É vedada a venda de cartelas fora dos salões de BINGO PERMANENTE.

§ 5º - Os sorteios de modalidades similares poderão ocorrer por processos eletrônicos de comprovada segurança e previamente aprovados pelo Serviço de Loterias do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 7º - Ao final de cada sorteio serão distribuídos os respectivos prêmios, cujo valor total corresponderá ao previsto no inciso I do art. 4º desta Lei e cuja natureza - dinheiro, cheque, bens ou serviços - precisamente discriminada, sendo de prévio conhecimento de todos os participantes.

§ 1º - Em qualquer caso, os participantes premiados terão o prazo de até noventa dias para reclamar seus prêmios, findo do qual serão entregues ao Governo do Estado do Paraná para doá-los a entidades filantrópicas.

§ 2º - As sessões de sorteio serão registradas em ata redigida simultaneamente com a sua realização ou por processos informatizados de comprovada segurança que arquivem as informações pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias após a realização de cada evento.

Art. 8º - É vedado o acesso de menores de 18 anos de idade no ambiente dos sorteios do BINGO PERMANENTE.

Art. 9º - O Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, fiscalizará as entidades que realizarem os sorteios autorizados, conforme previsto no Artigo 1º desta Lei, sujeitando os que não cumprirem o plano de distribuição de prêmios ou disvirtuarem sua finalidade, às seguintes penalidades, cumulativamente:

I - Cassação da autorização;

II - Proibição de realizar novos sorteios pelo prazo de cinco anos;

III - Perda dos bens prometidos em prêmio, se estes ainda não tiveram sido entregues, ou multa igual ao valor dos mesmos, nunca inferior a 50 reais a serem recolhidos à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, se os prêmios já tiverem sido entregues ou não forem encontrados.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.01.95

(a) ORLANDO PESSUTI

Presidente

CURITIBA, 6-FEIRA, 04/01/1995

DIÁRIO OFICIAL

Pág. 01

organização social e com as atividades econômicas e sociais de toda a pessoa jurídica.

Parágrafo Único - A entidade desportiva autorizada poderá solicitar a sociedade comercial para administrar a realização de sorteios, mediante contrato registrado no Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 5º - A forma de comprovação de atividade e participação em competições oficiais de que trata o art. 5º, da Lei nº 8.672, de 1993, para efeito de credenciamento mencionado no artigo anterior, será fornecida, no máximo, por

I - Entidades de administração do desporto do Estado do Paraná e suas municipais, comprovando a atuação regular e continuada na gestão da modalidade em sua área de atuação, com a realização de todas as competições oficiais obrigatórias do calendário, fornecendo pelo órgão público legalmente incumbido da coordenação do sistema de desportos no Estado do Paraná;

II - Das entidades de prática, comprovando de filiação em entidades de administração de quaisquer dos sistemas do desporto e declaração de participação efetiva na última competição oficial concluída em, no máximo, três modalidades olímpicas, fornecidas pelas entidades de administração a que se refere;

Art. 6º - O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - Setenta e quatro por cento para premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;

II - Um por cento para a administração dos serviços pela SERLOPAR;

III - Trinta e cinco por cento para a entidade desportiva autorizada a aplicar em projetos ou atividades de fomento do desporto e custos de despesas de administração e divulgação;

Art. 7º - Em qualquer hipótese, a autorização para a realização dos sorteios, de que trata o Art. 1º desta Lei, dependerá de prévia aprovação dos recursos obtidos conforme dispõe o inciso III do artigo anterior.

Art. 8º - Os sorteios mencionados no Artigo 1º desta Lei ficam restritos à realização das seguintes modalidades lotéricas:

I - BINGO - Loteria em que se sortiam, no caso, números de 01 até 90, mediante sucessivas extrações, em que um ou mais concorrentes atingem o objetivo previamente determinado, utilizando processo mecânico de controle manual que assegure integral lisura nos resultados;

II - SORTEIO NUMÉRICO - Sorteio de números, sendo por base os resultados das loterias Federal e do Estado do Paraná;

III - BINGO PERMANENTE - A mesma modalidade prevista no inciso I, com a autorização para ser aplicada nas condições específicas desta Lei;

IV - SIMILARES - Outras modalidades previamente aprovadas com aplicação restrita ao âmbito do Estado do Paraná;

§ 1º - Os sorteios da modalidade BINGO e SORTEIO NUMÉRICO poderão ser realizados com a realização de eventos desportivos, sendo obrigatória, nesse caso, a entrega dos prêmios aos vencedores, durante as competições;

§ 2º - Nos sorteios da modalidade BINGO PERMANENTE, as entidades autorizadas obrigam-se a instalar sala de BINGO com capacidade de, no máximo, 500 participantes sentados, com horário de funcionamento determinado, em sua sede ou fora dela, mas sempre sob exclusiva responsabilidade que disponha do sistema de extração de números requerido, bem como dos sistemas de controle fixado de televisto e de áudio de som, que permitam a todos os participantes perfeita visibilidade de cada procedimento dos sorteios, e de sua permanente acompanhamento. É permitida a uso de sistemas eletrônicos, de comprovada segurança, que possibilitem o total controle da arrecadação e do pagamento dos prêmios;

§ 3º - Os sorteios de BINGO PERMANENTE poderão funcionar com sorteios de lotes programados para a realização de diversos e sucessivos sorteios, integrados ou independentes uns dos outros;

§ 4º - É vedada a venda de cartelas fora dos salões de BINGO PERMANENTE;

§ 5º - Os sorteios de modalidades similares poderão ocorrer por processos eletrônicos de comprovada segurança e previamente aprovados pelo Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 9º - Ao final de cada sorteio serão distribuídos os respectivos prêmios, cujo valor total corresponderá ao previsto no inciso I do art. 6º desta Lei e cuja natureza - dinheiro, cheque, bens ou serviços - previamente determinada, sendo de prévia conhecimento de todos os participantes;

§ 1º - Em qualquer caso, os participantes premiados terão o prazo de setenta dias para receber seus prêmios, sendo do qual serão entregues ao Governo do Estado do Paraná para distribuí-los a entidades filantrópicas;

§ 2º - Os resultados dos sorteios serão registrados em um sistema eletrônico, com a sua publicação em por processos informatizados de

comprovada segurança que assegure as informações pelo prazo mínimo de 100 (cento e cinquenta) dias após a realização de cada evento.

Art. 10º - É vedado o acesso de menores de 18 anos de idade ao ambiente dos sorteios de BINGO PERMANENTE.

Art. 11º - O Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, fiscalizará as entidades que realizarem os sorteios autorizados, conforme previsto no Artigo 1º desta Lei, assegurando as que não cumpram o plano de distribuição de prêmios ou desvirtuem sua finalidade, as seguintes penalidades, cumulativamente:

I - Cassação da autorização;

II - Proibição de realizar novos sorteios pelo prazo de cinco anos;

III - Parça dos bens prometidos em prêmio, se estes ainda não tiverem sido entregues, de valor igual ao valor dos mesmos, no caso inferior a 50 reais a serem recolhidos à Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, se os prêmios já tiverem sido entregues ou não forem recolhidos;

Art. 12º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Democrata de Dezembro em 02 de janeiro de 1995

ORLANDO PESSUTI
Presidente

S P I - PROTOCOLO INTEGRADO

DIOB 1995. 2.158.282-8

ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 8797

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

A L O C A R

no Setor de Saúde do Paraná - ISEP, o servidor REINALDO DEMETRIO DIAS DE SOUZA, RG nº 564.205-0, da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR.

Curitiba, 15 DEZ 1994

Gilberto Corpe de Aguiar
Secretário de Estado da Administração

S P I - PROTOCOLO INTEGRADO

DIOB 1995. 2.158.343-6

RESOLUÇÃO 8826

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, resolve:

A L O C A R

no Secretário de Estado da Segurança Pública - BESP, Hospital de Policlínica Militar do Paraná, e no Instituto de Saúde do Paraná - ISEP, Hospital Geral Mauro Gomes Goulart, os candidatos abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público, nomeados através de Decreto nº 6241 de 07 de dezembro de 1994.

no Setor de Polícia Militar do Paraná

ANEXO I
CARGOS DO CABINETE

CARGOS	CÓDIGO	REGIÕES							
		1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
1. Diretor									
1.1. Chefe de Gabinete	DAS-101.1	01	01	01	01	01	01	01	01
2. Assessoramento									
2.1. Assessor	DAS-101.2	01	01	01	01	01	01	01	01
2.2. Assessor	DAS-101.3	01	01	01	01	01	01	01	01
TOTAL POR REGIÃO		02	02	02	02	02	02	02	02
TOTAL GERAL		32							

ANEXO II
FUNÇÕES GRATIFICADAS

QUANTIDADE	CÓDIGO
100	FG-3

ANEXO III
CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

QUANTIDADE	CÓDIGO	VALOR UNITÁRIO (*)
24	Oficial III	214.458,00
27	Oficial II	171.555,24

(*) Valores de junho de 1992, atualizados pelos mesmos índices de reajuste para os Quadros do Ministério Público de União.

ANEXO IV
DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO NOVA		
TIPO DE CARGO OU FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	SÍMBOLO	TIPO DE CARGO OU FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	CÓDIGO
C	A - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		A - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		
	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	
	SEÇÃO PROCESSUAL - Chefe	FG-3	DIVISÃO PROCESSUAL - Chefe	DAS-101.2	
D	B - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		B - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		
	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	
	SEÇÃO PROCESSUAL - Chefe	FG-3	DIVISÃO PROCESSUAL - Chefe	DAS-101.2	
E	C - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		C - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		
	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	
	SEÇÃO PROCESSUAL - Chefe	FG-3	DIVISÃO PROCESSUAL - Chefe	DAS-101.2	
F	D - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		D - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		
	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	
	SEÇÃO PROCESSUAL - Chefe	FG-3	DIVISÃO PROCESSUAL - Chefe	DAS-101.2	
G	E - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		E - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO		
	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	SECRETÁRIO REGIONAL	DAS-101.1	
	SEÇÃO PROCESSUAL - Chefe	FG-3	DIVISÃO PROCESSUAL - Chefe	DAS-101.2	

LEI Nº 8.072, DE 7 DE JULHO DE 1993

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Fica sabido que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito.

§ 1º A prática desportiva formal é regulada por normas e regras nacionais e pelas regras internacionais aceitas em cada modalidade.

§ 2º A prática desportiva não formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os seguintes princípios:

I - soberania, caracterizada pela supremacia nacional na organização da prática desportiva;

II - autonomia, definido pela liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva como sujeitos nas decisões que as afetam;

III - democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem distinções e quaisquer formas de discriminação;

IV - liberdade, expressa pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidades do setor;

V - direito social, caracterizado pelo dever do Estado de fomentar as práticas desportivas formais e não-formais;

VI - diferenciação, consubstanciada no tratamento específico dado ao desporto profissional e não-profissional;

VII - identidade nacional, refletida na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional;

VIII - educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante e fomentado através da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional;

IX - qualidade, assegurada pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral;

X - descentralização, consubstanciada na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal;

XI - segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial;

XII - eficiência, obtido através do estímulo à competência desportiva e administrativa.

CAPÍTULO III
DA CONCEITUAÇÃO E DAS FINALIDADES DO DESPORTO

Art. 3º O desporto como atividade predominantemente física e intelectual pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, através dos sistemas de ensino e formas assistêmáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas e regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com outras nações.

Parágrafo único. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado

I - de modo profissional, caracterizado por remuneração pactuada por contrato de trabalho ou demais formas contratuais pertinentes;

II - de modo não-profissional, compreendendo o desporto

a) semiprofissional, expresso pela existência de incentivos materiais que não caracterizam remuneração derivada de contrato de trabalho;

b) amador, identificado pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais.

DIRETOR ADMINISTRATIVO

**CAPÍTULO IV
DO SISTEMA BRASILEIRO DO DESPORTO**

**SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO E OBJETIVOS**

Art. 4º O Sistema Brasileiro do Desporto compreende:

- I - o Conselho Superior de Desportos;
- II - a Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto;

III - o Sistema Federal, os Sistemas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios organizados de forma autônoma e em regime de colaboração integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva;

§ 1º O Sistema Brasileiro do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar-lhe o padrão de qualidade;

§ 2º Poderão ser incluídas no Sistema Brasileiro do Desporto as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não formais, promovam a cultura e as ciências do desporto e formem ou aprimorem especialistas;

§ 3º Ao Ministério da Educação e do Desporto, por sua Secretaria de Desportos, compete elaborar o Plano Nacional do Desporto, observadas as diretrizes da Política Nacional do Desporto, e exercer o papel do Estado na forma do art. 217 da Constituição Federal.

**SEÇÃO II
DO CONSELHO SUPERIOR DE DESPORTOS**

Art. 5º O Conselho Superior de Desportos é órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, representativo da comunidade desportiva brasileira, cabendo-lhe:

- I - fazer cumprir e preservar os princípios e preceitos desta Lei;
- II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;
- III - dirimir os conflitos de superposição de autonomias;
- IV - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;
- V - estabelecer normas, sob a forma de resoluções, que garantam os direitos e inspeçam a utilização de meios ilícitos nas práticas desportivas;
- VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações;

VII - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo - FUNDESD, elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, por meio de sua Secretaria de Desportos;

VIII - outorgar o Certificado de Mérito Desportivo;

IX - exercer outras atribuições constantes da legislação desportiva;

Art. 6º O Conselho Superior de Desporto será composto de quinze membros nomeados pelo Presidente da República, discriminadamente:

- I - o Secretário de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto, membro nato que o preside;
- II - dois, de reconhecido saber desportivo, indicados pelo Ministro da Educação e do Desporto;
- III - um representante do Comitê Olímpico Brasileiro;
- IV - um representante das entidades de administração federal do desporto profissional;
- V - um representante das entidades de administração federal do desporto não-profissional;
- VI - um representante das entidades de prática do desporto profissional;
- VII - um representante das entidades de prática do desporto não-profissional;
- VIII - um representante dos atletas profissionais;
- IX - um representante dos atletas não-profissionais;
- X - um representante dos árbitros;
- XI - um representante dos treinadores desportivos;
- XII - um representante das instituições que formam recursos humanos para o desporto;
- XIII - um representante das empresas que apóiam o desporto;
- XIV - um representante da imprensa desportiva;

§ 1º A escolha dos membros do Conselho dar-se-á por eleição ou indicação dos segmentos e setores interessados, na forma da regulamentação desta Lei;

§ 2º Quando segmentos e setores desportivos tornarem-se relevantes e influentes, o Conselho, por deliberação de dois terços de seus membros, poderá ampliar a composição do colegiado até o máximo de vinte e nove conselheiros;

§ 3º O mandato dos conselheiros será de três anos, permitida uma recondução;

§ 4º Os conselheiros terão direito a passagem e diária para comparecimento às reuniões do Conselho;

**SEÇÃO III
DO SISTEMA FEDERAL DO DESPORTO**

Art. 7º O Sistema Federal do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento;

Parágrafo único. O Sistema Federal do Desporto compreende as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação da administração, da normalização do apoio e da prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

- I - o Comitê Olímpico Brasileiro;
- II - as entidades federais de administração do desporto;
- III - as entidades de prática do desporto filiadas àquelas referidas no inciso anterior;

Art. 8º Ao Comitê Olímpico Brasileiro, entidade jurídica de direito privado, compete representar o País nos eventos olímpicos, pan-americanos e outros de igual natureza, no Comitê Olímpico Internacional e no Movimento Olímpico Internacional e fomentar o movimento olímpico no território nacional, em conformidade com as disposições estatutárias e regulamentares do Comitê Olímpico Internacional;

§ 1º Caberá ao Comitê Olímpico Brasileiro representar o olimpismo brasileiro junto aos poderes públicos;

§ 2º É privativo do Comitê Olímpico Brasileiro o uso da bandeira e dos símbolos olímpicos;

Art. 9º As entidades federais de administração do desporto são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomos, e terão as competências definidas em seus estatutos;

§ 1º As entidades federais de administração do desporto filiar-se, nos termos dos seus estatutos, tanto entidades estaduais de administração quanto entidades de prática desportiva;

§ 2º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos no estatuto da respectiva entidade;

Art. 10. As entidades de prática do desporto são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, constituídas na forma da lei, mediante o exercício do direito de livre associação;

Parágrafo único. As entidades de prática desportiva poderão filiar-se, por modalidade, a entidades de administração do desporto de mais de um sistema;

Art. 11. É facultado às entidades de prática e às entidades federais de administração de modalidade profissional, manter a gestão de suas atividades sob a responsabilidade de sociedade com fins lucrativos, desde que adotada uma das seguintes formas:

- I - transformar-se em sociedade comercial com finalidade desportiva;
- II - constituir sociedade comercial com finalidade desportiva, controlando a maioria de seu capital com direito a voto;
- III - contratar sociedade comercial para gerir suas atividades desportivas;

Parágrafo único. As entidades a que se refere este artigo não poderão utilizar seus bens patrimoniais, desportivos ou sociais para integralizar sua parcela de capital ou oferecê-los como garantia, salvo com a concordância da maioria absoluta na assembleia geral dos associados e na conformidade dos respectivos estatutos;

Art. 12. As entidades de prática desportiva poderão organizar ligas regionais ou nacionais e competições, senadas ou não, observadas as disposições estatutárias das entidades de administração do desporto a que pertenciam;

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo é facultado às entidades de prática desportiva participar, também, de campeonatos nas entidades de administração do desporto a que estejam filiadas;

Art. 13. A duração dos mandatos deve ajustar-se, sempre que possível, ao ciclo olímpico ou à periodicidade das competições mundiais da respectiva modalidade desportiva;

Art. 14. São causas de inelegibilidade para o desempenho de cargos e funções, eletivas ou de livre nomeação, de entidades federais de administração do desporto, sem prejuízo de outras estatutariamente previstas:

- I - ter sido condenado por crime doloso em sentença definitiva;
- II - ser considerado inadimplente na prestação de contas de recursos financeiros recebidos de órgãos públicos, em decisão administrativa definitiva;

Parágrafo único. A ocorrência de qualquer das situações previstas neste artigo, ao longo do mandato, importa na perda automática do cargo ou função de direção;

**SEÇÃO IV
DO SISTEMA DOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS**

Art. 15. Os Estados e o Distrito Federal constituirão seus próprios sistemas, respeitadas as normas estabelecidas nesta Lei;

Parágrafo único. Aos Municípios é facultado constituir sistemas próprios, observadas as disposições desta Lei e as contidas na legislação do respectivo Estado;

**CAPÍTULO V
DO CERTIFICADO DE MÉRITO DESPORTIVO**

Art. 16. É criado o Certificado de Mérito Desportivo a ser outorgado pelo Conselho Superior de Desportos;

Nº 127 QUARTA-FEIRA, 7 JUL 1993

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

931

Parágrafo único: As entidades contempladas terão nos:

I - prioridade no recebimento de recursos de natureza pública;

II - benefícios previstos na legislação em vigor referente à utilidade pública;

III - benefícios fixados na forma da lei;

Art. 17. Para obtenção do Certificado de Atleta Desportivo são requisitos entre outros:

I - ter estado de acordo com a legislação em vigor;

II - demonstrar relevantes serviços ao desporto nacional;

III - (VETADO);

filiação: IV - apresentar manifestação do Comitê Olímpico Brasileiro, no caso de sua

V - possuir viabilidade e autonomia financeira;

VI - manter a independência técnica e o apego administrativo aos órgãos judiciais;

CAPÍTULO VI
DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL

Art. 18. Atletas, entidades de prática desportiva e entidades de administração do desporto são livres para organizar a atividade profissional de sua modalidade, respeitados os termos desta Lei.

Art. 19. Qualquer cessão ou transferência de atleta profissional depende de expressa anuência deste.

Art. 20. A cessão ou transferência de atleta profissional para entidade desportiva estrangeira observará as instruções expedidas pela entidade federal de administração do desporto da modalidade.

Parágrafo único. Além da taxa prevista na alínea b do inciso II do art. 43 desta Lei, nenhuma outra poderá ser exigida, a qualquer título, na transferência do atleta.

Art. 21. A participação de atletas profissionais em seleções será estabelecida na forma como acordarem a entidade de administração e a entidade de prática desportiva cedente.

§ 1º. A entidade convocadora indenizará a cedente dos encargos previstos no contrato de trabalho, pelo período em que durar a convocação do atleta, sem prejuízo de eventuais ajustes celebrados entre estes e a entidade convocadora.

§ 2º. O período de convocação estender-se-á até a reintegração do atleta à entidade que o cedeu, apto a exercer sua atividade.

Art. 22. A atividade do atleta profissional é caracterizada por remuneração pactuada em contrato com pessoa jurídica devidamente registrada na entidade federal de administração do desporto, e deverá conter cláusula penal para as hipóteses de descumprimento ou rompimento unilateral.

§ 1º. A entidade de prática desportiva empregadora que estiver com pagamento de salários dos atletas profissionais em atraso, por período superior a três meses, não poderá participar de qualquer competição, oficial ou amistosa.

§ 2º. Aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas nesta Lei ou integrantes do contrato de trabalho respectivo.

Art. 23. O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência não inferior a três meses e não superior a vinte e seis meses.

Parágrafo único. De modo excepcional, o prazo de primeiro contrato poderá ser de até quarenta e oito meses, no caso de atleta em formação, não-profissional, vinculado à entidade de prática, na qual venha exercendo a mesma atividade, pelo menos durante vinte e quatro meses.

Art. 24. As entidades de prática desportiva possuem o direito de autorizar a fixação, transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo desportivo de que participem.

§ 1º. Salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço da autorização serão distribuídos, em partes iguais, aos atletas participantes do espetáculo.

§ 2º. O disposto neste artigo não se aplica a flagrágios do espetáculo desportivo para fins exclusivamente jornalísticos ou educativos, cuja duração, no conjunto, não exceda de três minutos.

Art. 25. Na comercialização de imagens decorrentes de contrato com a entidade de administração do desporto, as entidades de prática desportiva participarão com vinte e cinco por cento do resultado da contratação, de modo proporcional à quantidade de atletas que cada uma cedeu, ressalvados os direitos assegurados no artigo anterior.

Art. 26. Caberá ao Conselho Superior de Desporto fixar o valor, os critérios e condições para o pagamento da importância denominada passe.

Art. 27. É vedada a participação de atletas não-profissionais com idade superior a vinte anos, em competições desportivas de profissionais.

Art. 28. É vedada a prática do profissionalismo em qualquer modalidade desportiva, quando se tratar de:

I - desporto educacional, seja nos estabelecimentos escolares de 1º e 2º graus ou superiores;

II - desporto militar;

III - menores até a categoria de juvenil;

Art. 29. Será constituído um sistema de seguro obrigatório, específico para os praticantes desportivos profissionais, com o objetivo de cobrir os riscos a que estão sujeitos, privilegiando especialmente os praticantes de alto rendimento.

CAPÍTULO VII
DA ORDEM DESPORTIVA

Art. 30. No âmbito de suas atribuições, cada entidade de administração do desporto tem competência para decidir de ofício ou quando for requerida pela parte interessada, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras desportivas.

Art. 31. É vedada às entidades federais de administração do desporto intervir na organização e funcionamento de suas filiais.

§ 1º. Com o objetivo de manter a ordem desportiva, o respeito aos atos emanados de seus poderes internos e fazer cumprir os seus regulamentos expedidos pelos órgãos ou representantes do Poder Público, poderão ser aplicadas penas às entidades de administração do desporto e de prática desportiva, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - censura escrita;

III - multa;

IV - suspensão;

V - desfiliação ou desvinculação;

§ 2º. A aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do parágrafo anterior não prescinde do processo administrativo ao qual sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º. As penalidades de que tratam os incisos IV e V do § 1º deste artigo só serão aplicadas após a decisão definitiva da Justiça Desportiva.

Art. 32. Quando se adotar o voto plural, a quantificação ou ponderação de votos observará, sempre, critérios técnicos e a classificação nas competições oficiais promovidas nos últimos cinco anos ou em período inferior, sem prejuízo de outros parâmetros estabelecidos em regulamento.

CAPÍTULO VIII
DA JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 33. A Justiça Desportiva, a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal e o art. 23 da Lei nº 4.221 de 12 de abril de 1960, regula-se pelas disposições deste capítulo.

Art. 34. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em Código.

§ 1º. Os Códigos de Justiça dos desportos profissional e não-profissional serão propostos pelas entidades federais de administração do desporto para aprovação pelo Conselho Superior de Desporto.

§ 2º. As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

I - advertência;

II - eliminação;

III - exclusão de campeonato ou torneio;

IV - indenização;

V - interdição de praça de desporto;

VI - multa;

VII - perda de mando de campo;

VIII - perda de pontos;

IX - perda de renda;

X - suspensão por partida;

XI - suspensão por prazo;

§ 3º. As penas pecuniárias não serão aplicadas a atletas não-profissionais.

§ 4º. O disposto nesta Lei sobre Justiça Desportiva não se aplica ao Comitê Olímpico Brasileiro.

Art. 35. Aos Tribunais de Justiça Desportiva, unidades autônomas e independentes das entidades de administração do desporto de cada sistema, compete processar e julgar, em última instância, as questões de descumprimento de normas relativas à disciplina e às competições desportivas, sempre assegurada a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º. Sem prejuízo do disposto neste artigo, as decisões finais dos Tribunais de Justiça Desportiva são impugnáveis nos termos gerais do direito, respeitados os pressupostos processuais estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 217 da Constituição Federal.

§ 2º. O recurso ao Poder Judiciário não prejudica os efeitos desportivos validamente produzidos em consequência da decisão proferida pelos Tribunais de Justiça Desportiva.

Art. 36. As entidades de administração do desporto, nos campeonatos e competições por elas promovidos, terão como primeira instância a Comissão Disciplinar integrada

9382

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

Nº 127 QUARTA-FEIRA, 7 JUL 1993

por três membros de sua livre nomeação, para aplicação imediata das sanções decorrentes de infrações cometidas durante as disputas e constantes das normas ou documentos emitidos pelos árbitros ou ainda decorrentes de infração ao regulamento da respectiva competição.

§ 1º A Comissão Disciplinar aplicará sanções em procedimento sumário.

§ 2º Das decisões da Comissão Disciplinar caberá recurso aos Tribunais Desportivos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 3º O recurso a que se refere o parágrafo anterior será recebido com efeito suspensivo quando a penalidade exceder de duas partidas consecutivas ou quinze dias.

Art. 37. O membro do Tribunal de Justiça Desportiva exerce função considerada de relevante interesse público e, sendo servidor público, terá abonada suas faltas, computando-se como de efetivo exercício a participação nas respectivas sessões.

Art. 38. Os Tribunais de Justiça Desportiva serão compostos por, no mínimo, sete membros e, no máximo, onze membros, sendo:

a) um indicado pelas entidades de Administração do Desporto;

b) um indicado pelas entidades de Práticas Desportivas que participem de competições oficiais da divisão principal;

c) três advogados com notório saber jurídico desportivo indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil;

d) um representante dos árbitros, por estes indicado;

e) um representante dos atletas, por estes indicado.

§ 1º Para efeito de acréscimo na composição, deverá ser assegurada a paridade apresentada nas alíneas a, b, d e e, respeitado o constante no caput deste artigo.

§ 2º O mandato dos membros dos Tribunais de Justiça Desportiva será de, no máximo, quatro anos, permitida apenas uma recondução.

§ 3º (VETADO)

§ 4º É vedado a dirigentes desportivos das Entidades de Administração e das Entidades de Prática, o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva, excção feita aos membros do Conselho Deliberativo das Entidades de Prática Desportiva.

CAPÍTULO IX DOS RECURSOS PARA O DESPORTO

Art. 39. Os recursos necessários à execução da Política Nacional do Desporto serão assegurados em programas de trabalho específicos constantes dos Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além dos provenientes de:

I - fundos desportivos;

II - receitas oriundas de concursos de prognósticos;

III - doações, patrocínios e legados;

IV - prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados nos prazos regulamentares;

V - incentivos fiscais previstos em lei;

VI - outras fontes.

Art. 40. Ao Comitê Olímpico Brasileiro é concedida autorização para importar, livre de tributos federais, equipamentos, materiais e componentes destinados, exclusivamente, ao treinamento de atletas, às competições desportivas do seu programa de trabalho e aos programas das entidades federais de administração do desporto que lhe sejam filiadas ou vinculadas.

§ 1º O Ministério da Fazenda poderá, mediante proposta do Ministério da Educação e do Desporto, através de sua Secretaria de Desportos, estender o benefício previsto neste artigo às entidades de prática desportiva e aos atletas integrantes do Sistema Federal do Desporto, para execução de atividades relacionadas com a melhoria do desempenho das representações desportivas nacionais.

§ 2º É vedada a comercialização dos equipamentos, materiais e componentes importados com benefício previsto neste artigo.

§ 3º Os equipamentos, materiais e componentes importados poderão ser definitivamente transferidos para as entidades e os atletas referidos no § 1º, caso em que, para os fins deste artigo, ficarão equiparados ao importados.

§ 4º A infração do disposto neste artigo inabilita definitivamente o infrator aos benefícios nele previstos, sem prejuízo das sanções e do recolhimento dos tributos dispenses, atualizados monetariamente e acrescidos das cominações previstas na legislação pertinente.

Art. 41. (VETADO)

Art. 42. Por unificação do Fundo de Assistência ao Atleta Profissional de que trata a Lei nº 6.269, de 24 de novembro de 1975, com o Fundo de Promoção ao Esporte Amador de que trata a Lei nº 7.752, de 14 de abril de 1989, fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo - FUNDESP, como unidade orçamentária destinada a dar apoio financeiro a programas

e projetos de caráter desportivo que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes da Política Nacional do Desporto.

§ 1º O FUNDESP, de natureza autárquica, será subordinado ao Ministério da Educação e do Desporto, através de sua Secretaria de Desporto, observado o disposto no inciso VII do art. 5º desta Lei.

§ 2º O FUNDESP terá duas contas específicas: uma destinada a fomentar o desporto não-profissional, e, outra, à assistência ao atleta profissional e ao em formação.

Art. 43. Constituem recursos do FUNDESP:

I - para fomento ao desporto não profissional:

a) receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

b) adicional de valor e meio por cento incidente sobre cada prêmio, permitido o arrendamento de seu valor, além dos encargos de prognósticos a que refere o Decreto-lei nº 904, de 2º de maio de 1969 e a Lei nº 6.112, de 12 de novembro de 1974, destinada ao cumprimento do disposto neste inciso;

c) doações, legados e patrocínios;

d) prêmios de concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal não reclamados;

e) (VETADO);

f) outras fontes.

II - para assistência ao atleta profissional e ao em formação:

a) um por cento do valor do contrato do atleta profissional pertencente ao Sistema Federal do Desporto, devido e recolhido pela entidade contratante;

b) um por cento do valor da indenização fixada pela entidade credora, no caso de cessão de atleta a entidade estrangeira;

c) um por cento da arrecadação proveniente das competições organizadas pelas entidades federais de administração do desporto profissional;

d) penalidades disciplinares pecuniárias aplicadas aos atletas profissionais pelas entidades de prática desportiva, pelas de administração do desporto ou pelos Tribunais de Justiça Desportiva;

e) receitas oriundas de concursos de prognósticos previstos em lei;

f) doações, auxílios e subvenções da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

g) doações, legados e outras receitas eventuais.

Art. 44. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo terão a seguinte destinação:

I - para o desporto não-profissional:

a) desporto educacional;

b) desporto de rendimento, nos casos de Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Jogos Pan-americanos e Jogos Sul-Americanos;

c) desporto de criação nacional;

d) capacitação de recursos humanos: crianças desportivas, professores de educação física e técnicos em desporto;

e) apoio a projetos de pesquisa, documentação e informação;

f) construção, ampliação e recuperação de instalações desportivas;

II - para o desporto profissional, através de sistema de assistência ao atleta profissional e ao em formação, com a finalidade de promover sua adaptação ao mercado de trabalho, quando deixar a atividade;

III - para apoio técnico e administrativo do Conselho Superior de Desportos.

Art. 45. A arrecadação obtida em cada teste da Loteria Esportiva Federal terá a seguinte destinação:

I - quarenta e cinco por cento para pagamento dos prêmios, incluindo o valor correspondente ao imposto sobre a renda;

II - vinte por cento para a Caixa Econômica Federal, destinados ao custeio total da administração dos concursos de prognósticos desportivos;

III - dez por cento para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de prática desportiva, constantes do teste, pelo uso de suas denominações ou símbolos;

IV - quinze por cento para o FUNDESP.

Parágrafo único. O total da arrecadação, deduzidos os valores previstos nos incisos I, II, III e IV será destinada à segurança social.

Art. 46. Anualmente, a renda líquida total de um dos testes da Loteria Esportiva Federal será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro para o treinamento e as competições preparatórias das equipes olímpicas nacionais.

Parágrafo único. Nos anos de realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Pan-americanos, a renda líquida total de um segundo teste será destinada ao Comitê Olímpico Brasileiro, para o atendimento da participação de delegações nacionais nesses eventos.

Art. 47. (VETADO)

Art. 48. Os recursos financeiros correspondentes às destinações previstas no inciso III do art. 45 e nos arts. 46 e 47 desta Lei constituem receitas próprias dos beneficiários, que lhes serão entregues diretamente pela Caixa Econômica Federal até o decurso da útil do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. Os dirigentes, unidades ou órgãos de entidades de administração do desporto inscritos no Registro Público competente, não exercem função delegada pelo Poder Público nem são considerados autoridades públicas para os efeitos da lei.